

Guardiães de Sementes: Segurança e Soberania Alimentar na vida das Mbya Guarani no Brasil e na Argentina

Mariana Wiecko V. de Castilho¹

NUNCA MAIS UM BRASIL SEM NÓS!
Sonia Guajajara, Ministra dos Povos
Indígenas, em seu discurso de posse
(12/1/2023)

Introdução

O título deste artigo é o mesmo da tese que defendi em março de 2023 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA), da Universidade de Brasília, resultado de uma pesquisa cujos pressupostos, desenvolvimento e conclusões apresento aqui, de forma resumida, destacando os aspectos que me parecem mais importantes e que dialogam com o trabalho que atualmente realizo no âmbito da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai).

O tema da tese, em sentido amplo, é o direito humano à alimentação dos povos indígenas. A alimentação, fundamental para a sobrevivência do ser humano, não é uma atividade meramente biológica ou de significado individual. Os alimentos asseguram a reprodução física e cultural dos povos. Fazem parte

¹ Geógrafa (UFRGS), Mestre em Geografia (UnB) e Doutora em Ciências Sociais (PPGECsA/UnB). Atualmente é pesquisadora colaboradora do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM/UnB), no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres (NEPeM/UnB) e bolsista IPEA. vcastilhobr@yahoo.com.br.

das complexas relações socioculturais, políticas e econômicas no mundo contemporâneo.

Esse tema, em alguma forma, esteve presente no trabalho de conclusão do curso de geografia e na dissertação de mestrado em que estudei comunidades quilombolas do médio rio São Francisco e nas atividades profissionais como indigenista junto aos povos indígenas Katukina, Tenharim e Parintintim (Amazonas), Kanela Ramkokamekrá (Maranhão), Jaminawá da Colocação São Paulino (Acre), Enawene Nawe (Mato Grosso), Tapuia do Carretão (Goiás), ou como educadora popular em comunidades rurais da região do Bico do Papagaio (Tocantins). O tema se impôs com mais força nas minhas reflexões nos anos 2013-2016, em que atuei como servidora pública na Coordenação Geral de Apoio a Povos e Comunidades Tradicionais (CGPCT), vinculada à Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Durante esse período, constatei a dificuldade dos gestores públicos em compreender as relações de cada povo indígena com os alimentos, bem como seu entendimento sobre o que a lei chama de segurança alimentar e nutricional.

Intencionalmente ou não, a gestão pública frequentemente exclui atores sociais que deveriam ser atentamente escutados, assim negligenciando a inclusão da diversidade de suas cosmovisões, saberes e práticas no desenho das políticas públicas. A desconsideração de camponeses/as, povos indígenas/originários² e comunidades tradicionais resulta numa visão

² Na Argentina, utiliza-se o termo "povos originários". No Brasil, a expressão mais comum é "povos indígenas", embora a nomenclatura "povos originários" também esteja gradualmente sendo incorporada às narrativas das 305 etnias existentes no país.



unidimensional sobre quais plantas devem ser cultivadas para compor a alimentação da população brasileira.

Observei, em especial, um desencontro entre as percepções e compreensões de agentes estatais e dos povos indígenas, que implica a negação do direito desses povos de produzir e consumir, para si e suas comunidades, alimentos nutritivos e saudáveis, em harmonia com seus modos de ser, viver e fazer. Observei, também, a crescente visibilidade que as mulheres indígenas passaram a ter na discussão das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, não obstante o pouco espaço de escuta qualificada nos âmbitos nacional.

A partir dessas observações defini duas perguntas iniciais de pesquisa: o que as indígenas mulheres, no Brasil e na Argentina, entendem por segurança alimentar e nutricional e por soberania alimentar? No que sua compreensão se aproxima ou se distancia dos conceitos estabelecidos pelos Estados Nacionais e pelas Nações Unidas?

Necessário explicar que, em razão das diretrizes do PPGECSA a pesquisa deve incidir em dois países das Américas. Escolhi como unidade de análise do estudo comparado o povo Mbya Guarani, que habita um território dividido entre Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia. A comparação se restringiu aos dois primeiros países.

Minha hipótese era de que encontraria divergências entre o que entende e quer o povo Mbya Guarani e o que é imposto pelas normativas internacionais e pelas políticas públicas do Brasil, da Argentina.

Para responder às minhas indagações e eventualmente comprovar a hipótese alinhei uma série de objetivos específicos: (i) apresentar os conceitos



de Direito Humano à Alimentação (DHA), Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Soberania Alimentar (SobA), e suas transformações/ressignificações ao longo do tempo; (ii) descrever o modo de ser, saber, fazer e viver Mbya Guarani na perspectiva das mulheres; (iii) analisar a relação do Estado com o povo Mbya, no Brasil e na Argentina, no tocante às políticas públicas de SAN/SobA; (iv) identificar as demandas das indígenas mulheres e analisar o seu significado; (v) descrever as práticas desenvolvidas pelas mulheres Mbya, no Brasil e na Argentina, num movimento de re-existência e construção de um outro mundo; (vi) identificar as/os atores sociais e as instituições parceiras das/os Mbya no Brasil e na Argentina.

Foi utilizada também uma unidade de análise de caráter geográfico, com coleta de dados realizada em múltiplos níveis: macro (Estado Nacional), regional (estado, província, município) e micro (terra indígena, aldeia, tekoa), considerando aspectos como políticas públicas, relações sociais, étnicas e de gênero. A comparação incidiu horizontal e verticalmente. Foram analisados o Brasil e a Argentina, ambos países da América do Sul e membros do Mercosul³. No nível regional, a comparação incidiu entre os estados brasileiros de São Paulo e Santa Catarina, e a província argentina de Misiones. No nível micro, o estudo concentrou-se nos *tekoa* (aldeias) *Kalipety*, *Tataendy Rupa* e *Yaka Porã* (Brasil), e *Yvytu Porã* e *Puente Quemado II* (Argentina).

Adotei uma abordagem temporal diacrônica-sincrônica, que permitiu a identificação de questões semelhantes e a análise da simultaneidade de sua ocorrência ou dos efeitos gerados por elas. O período considerado abrange os 13 anos de governo do PT no Brasil (de 2003 a 2010 com Lula e de 2011 a 2015

³ Bloco econômico criado em 26/3/1991, formado por cinco países: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Este último encontra-se temporariamente suspenso do bloco.

com Dilma Rousseff) e os governos kirchneristas na Argentina (2003 a 2007 com Nestor Kirchner e 2007 a 2015 com Cristina Kirchner).

Meus paradigmas teóricos são a decolonialidade e os feminismos não binários, antirracistas e anticapitalistas. Inspirada em Donna Haraway busquei observar o campo da pesquisa com os olhos bem abertos, escutar, falar e nomear a partir de um lugar restrito e privilegiado. Sou mulher branca, cisgênero, heterossexual, classe média, neta de europeus. Nesse processo, construí, desconstruí e reconstruí um conhecimento situado e corporificado, tecido em uma rede de conexões de solidariedade política e partilha epistemológica com diferentes comunidades de sujeitos/as, diversos/as em termos de poder.

Essa interação me nutriu da pluralidade de saberes *sentipensados e corazonados*, enraizados na cotidianidade, com o propósito de superar a narrativa dominante. Procurei romper o discurso centrado no indivíduo, típico da sociedade capitalista, machista e heteropatriarcal, pautada pela economia de mercado e pelo conhecimento científico eurocentrado.

Nesse paradigma privilegiei mulheres latino-americanas, cujas reflexões estão profundamente ligadas ao chão da terra, em sinergia com os corpos femininos, o território, as sementes originárias e a floresta. Evocam sabedoria, cuidados, movimentos, proteção e espiritualidade. Destaquei falas de mulheres Mbya Guarani utilizando, na medida do possível⁴, a metodologia colaborativa, que valoriza outros conhecimentos e formas alternativas de circulação desses conhecimentos. Agentes sociais/sujeitos/as são polifônicos e complexos,

⁴ Dois anos do período da tese coincidiram com a pandemia de COVID-19 (2020-2022), o que resultou em grande parte dos diálogos sendo realizados virtualmente. Houve visitas pontuais às Terras Indígenas Morro dos Cavalos e Tenondé Porã, além de um período de dois meses – abril e maio – passado entre Buenos Aires e Misiones, na Argentina.

amplificam as categorias dos intelectuais e pesquisadores da academia. Entendo necessário problematizar a ideia de "social", do "outro" e das experiências distintas na mesma historicidade.

Foi a partir da escuta das mulheres Mbya e seus anseios que (des)envolvi a pesquisa. Busquei construir conjuntamente com elas parte da pesquisa, do campo, apreendendo suas narrativas, que evocam vozes de muitas/os sujeitas/os. O meu engajamento com a realidade situada tornou o diálogo mais verdadeiro, mais conectado e aberto à reciprocidade. Algumas das entrevistas foram gravadas, mesmo as virtuais/online; outras foram objeto de anotações em caderno de campo, diante da discordância no uso do gravador. A maioria das atividades virtuais, objeto de uso na tese, estão publicizadas em canais do YouTube e se acham devidamente referenciadas.

Com o olhar voltado para as dissidências, o cuidado, os bens comuns e a relação natureza-cultura me vali de Judith Butler, Silvia Federici, Maria Puig de Bellacasa e das minhas interlocutoras Mbya Guarani. Todos esses fios condutores de pensamento e sentimento foram essenciais para a pesquisa de campo e a escrita do texto.

A tese foi estruturada em cinco capítulos, além da introdução e da conclusão. No primeiro descrevo a elaboração conceitual do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA) e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no paradigma da colonialidade do poder e do saber, bem como a tentativa de sua desconstrução mediante o conceito de Soberania Alimentar (SobA). No segundo, trago a cosmovisão Mbya sobre o território (*yvyrupa*), a aldeia (*tekoa*), as sementes e os alimentos, observada na pesquisa de campo. No terceiro analiso a relação dos Estados brasileiro e argentino com



os povos indígenas/originários, em que verifico diferença na institucionalização maior da SAN no Brasil, mas semelhanças na ausência de diálogo horizontal e na distante concretização da autonomia/soberania alimentar. O quarto capítulo revela o papel preponderante das Mbya Guarani tanto nos espaços domésticos e públicos da aldeia quanto fora da tekoa. O último capítulo apresenta as iniciativas autônomas das mulheres Mbya, em parceria com homens da aldeia e atores externos, em São Paulo, Santa Catarina e em Misiones, que, no movimento de caminhar, trocar sementes, saberes e sabores, vão construindo outros mundos para poderem continuar existindo como povo.

A conclusão confirmou a hipótese inicial de divergência de entendimento dos agentes estatais e do povo Mbya Guarani sobre DHANA, SAN ou SobA, e avançou ao apontar uma incompatibilidade de visões de mundo. Os conceitos e siglas das leis não têm centralidade nas demandas do povo Mbya por sobrevivência. O que importa é o reconhecimento, pelo Estado, do direito de acesso às terras e recursos naturais necessários para garantir a reprodução física e cultural do povo, de acordo com o modo de ser, fazer e viver dos Guarani. Em outras palavras, o direito coletivo a um território e à livre determinação, que não se coaduna com a economia capitalista. Além disso, a pesquisa demonstra que as mulheres Mbya Guarani desempenham um papel fundamental na tomada de decisões para a sobrevivência do povo Mbya.

Contudo, a tese levanta mais perguntas do que respostas e está aberta a contínuas reflexões, desconstruções e construções. Passados dois anos de sua finalização a conjuntura política no Brasil e na Argentina, de um lado, com eleição de Lula como presidente do Brasil e o Congresso mais conservador da República brasileira e, de outro, a eleição de Javier Milei como presidente da



Argentina com uma agenda anti-Estado e de extrema-direita, tem provocado impactos negativos aos Mbya Guarani. Um fato precisa ser noticiado e avaliado: a homologação da demarcação da Terra Indígena Morro dos Cavalos, em Santa Catarina.

A seguir são destacados alguns aspectos de cada um dos capítulos da tese bem como ensaiadas considerações sobre as políticas indigenistas no Brasil e na Argentina, nos anos 2023- 2024 para o povo Mbya Guarani.

Construções e Desconstruções da Colonialidade do Poder e do Saber

O DHA foi reconhecido, pela primeira vez, no artigo 25.1, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, da seguinte forma: “Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários [...]”,

É reconhecido em vários instrumentos do sistema universal da Organização das Nações Unidas (ONU) e dos sistemas regionais para a proteção dos direitos humanos. bem como em várias constituições expressa ou implicitamente, e em leis nacionais. No Brasil, a inclusão expressa do DHA na Constituição ocorreu em 2010. A Constituição da Nação Argentina, embora tenha concedido status supralegal ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) que reconhece o DHA (1994), não o explicita no texto constitucional.

A expressão “Direito Humano à Alimentação Adequada” (DHAA) tem origem no artigo 11 do PIDESC (1976), que o reconhece como uma das



condições para um padrão de vida adequado. Apenas, em 2002, um Relator Especial sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada designado pela Comissão de Direitos Humanos da ONU, descreveu esse direito como:

inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva.

Durante a 2ª Cúpula Mundial da Alimentação, ocorrida em Roma, em 2002, a promoção e a implementação do DHAA foram integralmente reconhecidas como obrigações dos Estados Nacionais, bem como a necessidade de serem elaboradas diretrizes voluntárias em apoio à realização progressiva do DHAA no contexto da segurança alimentar. Instituiu-se um Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre o tema e, pela primeira vez, o DHAA foi substancialmente discutido entre governos no âmbito da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), tendo sido aprovadas 19 Diretrizes Voluntárias de Apoio à Realização Progressiva do Direito à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar (2004). Carecem de força jurídica obrigatória, mas constituem um instrumento prático para ajudar a tornar realidade esse direito.

O conceito de DHAA evoluiu, ainda, para incorporar a dimensão nutricional. Desse modo, ele é hoje referido como Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHANA)

Quanto à segurança alimentar, a primeira vez que o termo veio à luz, no contexto global, foi na perspectiva de enfrentamento à fome, no início do século XX, após a 1ª Guerra Mundial. Àquela época, a segurança alimentar

estava associada à segurança nacional e à capacidade que cada país tinha de produzir sua própria alimentação, de forma a não ficar vulnerável a possíveis embargos, cercos ou boicotes devido a razões políticas ou militares.

Em 1945 foi instituída a FAO, que se tornou, desde então, a principal articulação internacional para a elaboração e o planejamento de estratégias contra a fome em nível global. Passou a tratar a segurança alimentar como uma questão de insuficiente disponibilidade de alimentos. Nessa perspectiva, a Conferência Mundial da Alimentação (1974) legitimou e promoveu a Revolução Verde e as respectivas ações para o aumento da produtividade agrícola, criando a base para o monopólio internacional de produção de alimentos. Hoyos e D' Agostini (2017, p.179) afirmam que:

para conquistar com celeridade a segurança alimentar nos “países em desenvolvimento” é indispensável que os “países desenvolvidos” contribuam com a implementação de sistemas de produção agrícola dependentes de insumos químicos, como fertilizantes e “sementes de alta qualidade”, e incentivos a transferência de tecnologias e concessão de créditos aos países com insegurança alimentar

A segurança alimentar afastou-se dos direitos humanos e inseriu-se em uma visão essencialmente produtivista e malthusiana. Tornou-se, desse modo, uma questão de produção de alimentos, e não de direito humano aos alimentos.

A visão politicamente hegemônica malthusiana de que a fome e a desnutrição seriam ocorrência natural foi contestada por Josué de Castro na sua obra *Geografia da Fome* (1946), para quem a fome e a desnutrição são o resultado das relações sociais e de produção que os homens estabelecem entre si: as razões da fome são causadas pela colonização, monopolização da terra, monocultura de *commodities*. A solução, portanto, era uma política de reforma agrária que não apenas distribuísse terras, mas que realmente se



comprometesse com uma nova ordem social (Silva, 2009). Venceu, contudo, a ideia de que a fome é um dos aspectos determinantes da pobreza no mundo e decorre da produção insuficiente de alimentos, sobretudo nos países do hemisfério sul.

Uma das características marcantes da modernização agrícola hoje existente é a incidência de monoculturas com insumos biológicos (sementes híbridas), fortemente apoiada por insumos químicos (adubos e agrotóxicos) e insumos mecânicos (tratores, colheitadeiras mecânicas etc). Trata-se de um processo extremamente lucrativo para as multinacionais detentoras dos insumos químicos, cada vez mais prósperas com o controle crescente sobre o estoque de sementes, principalmente as geneticamente modificadas. Evidente, desse modo, que a expansão da agricultura moderna está associada à consolidação de uma “modernização conservadora” no campo, que moderniza os processos produtivos, mas mantém a concentração fundiária e de renda e a produção patronal (Santos e Silveira, 2001).

Não bastasse isso, os processos neocoloniais normalizam os caminhos do “desenvolvimento”, expropriando camponeses, empobrecendo-os, jogando-os para as periferias das cidades e tornando-os assalariados (e às vezes nem isso) na economia nacional e global, o que contribui para a transformação capitalista do campo (Castilho e Castro, 2006). É uma forma de produção ambientalmente insustentável. É uma agricultura com alta concentração tecnológica em mãos de empresas transnacionais, que deslocam produtos e tecnologias locais, ocultando ou invisibilizando saberes e tecnologias tradicionais que poderiam ser a base de uma agricultura verdadeiramente sustentável.



Nos anos 1990, a Revolução Verde renovou sua roupagem, de mãos dadas com biotecnologia e associada à engenharia genética, englobando a manipulação do ácido desoxirribonucleico (DNA) e a transferência de componentes genéticos entre espécies. Expandiram-se cultivos comerciais de exportação e a industrialização da agricultura, em resposta à crescente demanda da China por soja e à liberalização do comércio de organismos geneticamente modificados, fertilizantes e agroquímicos resistentes ao glifosato. A liberalização também levou à importação de máquinas agrícolas mais eficientes, ampliando as áreas de cultivo. Isso ocorreu na Argentina e no Brasil. Lá, a maior parte da produção agrícola teve lugar na região dos Pampas, uma das seis áreas com maior produtividade agrícola do mundo. Aqui, a fronteira agrícola alargou-se para abranger o bioma Cerrado e, mais recentemente, a Amazônia.

De todo modo, a partir de 1983, o conceito de segurança alimentar mudou gradativamente, partindo da disponibilidade de alimentos ao acesso (direito) dos indivíduos à alimentação. Nesse contexto emergiram outras categorias e questionamentos no debate, que permanecem até os dias atuais: o acesso a alimentos seguros (não contaminados biológica ou quimicamente) e de qualidade, o direito à informação, a autonomia nas decisões sobre produção e consumo, o respeito às tradições culturais e aos hábitos alimentares, bem como a preocupação ética com as gerações atuais e futuras e o manejo dos recursos naturais de forma sustentável em toda cadeia alimentar. Tais componentes foram consolidados nos compromissos assumidos pelos governos na I Conferência Internacional de Nutrição (1992). Ganhou força o enfoque da diversidade cultural na preservação da diversidade biológica, e vice-versa, para

garantia da segurança alimentar e nutricional (SAN) de todos os povos do Planeta (Leão, 2013).

Na 1ª Cúpula Mundial da Alimentação (1996), os representantes dos governos reconheceram que o problema da fome não se devia à falta de alimentos, mas às dificuldades de acesso a eles, retomando o tradicional conceito de segurança alimentar em um novo contexto histórico. A definição apresentada em 1996, e ainda vigente, ressaltou: “Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo o momento, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e sã”.

Contudo, o livre acesso encontra barreiras da Organização Mundial do Comércio (OMC). O Acordo sobre Agricultura obriga os países a liberalizar as exportações e importações, e permite que as corporações globais assumam o controle da produção interna, dos mercados domésticos e do comércio global (Shiva, 2020, p. 141). E o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) facilita e legitima a pirataria dos bens naturais e do patrimônio biológico, cultural (leia-se, de indígenas, camponeses, comunidades tradicionais) e intelectual por parte das empresas transnacionais.

Atualmente duas visões se contrapõem: de um lado, a que acredita ser possível conciliar o objetivo da liberalização do comércio agrícola internacional com a implementação de políticas eficazes de segurança alimentar nos países em desenvolvimento; do outro lado, a que é contrária à privatização de sistema alimentar internacional institucionalizado nos protocolos da OMC, por



promover a eliminação de economias agrícolas locais, com sérias consequências para a segurança alimentar.

Porém, o fato é que a criação da OMC propiciou o controle da produção e distribuição de alimentos por um restrito grupo de empresas transnacionais, cujo poder econômico, traduzido em poder político, define as políticas alimentares que regem o sistema alimentar mundial. Essas empresas concentram terras, bosques e fontes de água, controlam sementes, provocando aumento da pobreza rural, maior destruição da natureza, expulsão de povos indígenas/originários de seus territórios, migração forçada e massiva de famílias de agricultores para as cidades, ameaças ao DHANA, além da repressão aos movimentos camponeses de diferentes lugares da América Latina.

As construções conceituais antes referidas revelam premissas da colonialidade do poder e do modo de produção capitalista. Foram concebidas verticalmente, envolvendo Estados nacionais e o Sistema ONU. Por mais que estejam presentes organizações da sociedade civil, inclusive indígenas, a escuta delas é pouco valorizada.

De acordo com o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2000), o primeiro traço da colonialidade do poder é a ideia de raça, com base no fenótipo, uma categoria social da modernidade, criada a partir da conquista e colonização ibero-cristã das sociedades e populações da América, na transposição do século XV ao XVI, e utilizada como critério fundamental para classificação da população entre os que possuem e os que não possuem direitos. Essa ideia nasceu num contexto relacional e histórico marcado pela exploração dos corpos físicos e mentais de homens e mulheres (primeiro de originários da terra



e na sequência de negros/as traficados/as de África) e dos bens (riquezas) naturais, pelos colonizadores europeus, quando chegaram à América.

O conceito de SobA aparece como um termo disruptivo, questionador dessas premissas, que vem sendo assimilado pelos povos indígenas/originários. Tem como pressupostos a prioridade da produção de alimentos para mercados locais, regionais e nacionais, com base na produção diversificada e agroecológica, proveniente da agricultura familiar; a garantia de preços justos às/aos produtoras/es; a garantia de acesso à terra, à água e aos recursos produtivos para a produção de alimentos; o reconhecimento e a promoção do papel das mulheres na produção de alimentos; a promoção da equidade de acesso à terra e aos bens naturais, bem como aos recursos produtivos e de controle sobre eles; a priorização das propriedades coletivas sobre as individuais; a proteção das sementes; e o investimento em políticas públicas que garantam a autonomia das comunidades na produção de alimentos.

As narrativas da SobA requerem a criação de um tipo diferente de Estado, que atenda às necessidades das agricultoras/es familiares, dos povos indígenas/originários, dos povos e comunidades tradicionais, dos pobres e da Natureza, em vez dos interesses do capital. Enquanto os Estados estiverem sob o domínio das corporações transnacionais, eles e os povos que os constituem não serão soberanos para decidir o quê, quando e como produzir alimentos nutritivos e saudáveis de acordo com sua cultura e com respeito ao meio ambiente.

A SobA é um conceito que está em constante construção e desconstrução, que não é fácil de ser concretizado; é um vir a ser cotidiano, um processo, que envolve organização, luta, resistência, parceria. Ademais, o termo



em si é um tanto espinhoso, pois sugere um vínculo com o Estado. No Brasil, o debate sobre soberania alimentar é tímido, mas introduziu na SAN elementos como autonomia, território, cultura e agroecologia. Na Argentina, ao contrário, é uma expressão mais corrente.

Não identifiquei a discussão da temática dentro do movimento indígena, embora para as/os Mbya, as sementes tenham importância especial e estão vinculadas a questões como mobilidade, saúde, território, cultura. Tal importância é verbalizada principalmente pelas mulheres no sentido de autonomia. Por isso, deve-se buscar escutar as vozes dissonantes dos povos indígenas/originários e estar atento a questões interseccionais, como raça, gênero e classe social.

O Modo de Viver Mbya Guarani: compreensões e percepções da pesquisa de campo no Brasil e na Argentina

O povo Guarani é conhecido por distintos nomes: Kaiowa, Mbya, Ñandeva, Ava-Xiripá, Pai Tavyterã, Guajaki, Tapiete, Guarayos, Chiriguano. Contudo, sua autodenominação é *Ava*, que significa “pessoa” em tupi-guarani. Esses grupos reconhecem a origem comum e a proximidade histórica, linguística e cultural, ao tempo em que se diferenciam entre si como forma de manter suas organizações sociopolíticas e econômicas.

Ser Guarani é participar, de forma individual e coletiva, de uma série de regras sociais preestabelecidas pelos antepassados em tempos imemoriais e atualizadas pela interferência do contato com a sociedade envolvente.

No Brasil de hoje vivem três grupos Guarani: Mbya, Kaiowa e Nhandeva. O povo Mbya está presente no interior e no litoral dos estados do sul, Santa



Catarina (SC), Paraná (PR) e Rio Grande do Sul (RS); no litoral dos estados do Rio de Janeiro (RJ), Espírito Santo (ES) e São Paulo (SP); e na região norte do País, nos estados do Pará (PA) e do Tocantins (TO); bem como no leste do Paraguai e no nordeste da Argentina, em Misiones.

A língua falada pertence à família Tupi-Guarani, do tronco linguístico Tupi. Mantém a língua viva e plena, constituindo-se no mais forte elemento de sua identidade.

Uma das características do povo Mbya Guarani é a mobilidade. O *gwatá porã*, o belo caminhar, é praticado desde tempos imemoriais sobre uma vasta área geográfica que abrange parcelas consideráveis dos atuais Estados nacionais do Paraguai, da Argentina, do Brasil e está diretamente relacionada a terras florestadas, com diversidade de fauna e flora para caça e coleta, cursos d'água para pesca e solos propícios para cultivar suas sementes originárias para praticar o *ñande reko*, o modo de ser Mbya Guarani.

A mobilidade está entrelaçada na organização social, eis que existe uma constante e intensa rede de comunicação e de intercâmbios econômicos, culturais entre aldeias através de uma ampla rede de relações de parentesco.

O *yvyrupa* fundamenta o sentido de mundo em toda a sua extensão terrestre, para designar o território sem fronteiras onde se distribuem os *tekoa*. O *tekoa* é espaço de vida, de produção e reprodução da cultura. É o lugar onde se dão as condições para exercer o modo de viver Guarani (*teko*).

Na explicação amorosa de Sandra Benites (2015, p. 25):

é importante ter no nosso *tekoa yxyry*, *Yakã Porã*, mata com variedades de árvores, plantas medicinais e diversos bichos, lugar para fazer nossa roça: plantar milho (*avatyete* principalmente), melancia, amendoim, comandai, banana, mandioca. Não pode faltar *opy* – referência do *mbya arandu* – conhecimento guarani, lugar onde discutimos saúde, educação, nossa vida. [...]

é o princípio da nossa forma de ser, é o lugar onde praticamos *nhandereko* – o jeito de ser e viver guarani.

No plano físico, da materialidade terrena,

o *tekoa* é a aldeia, é o lugar onde a comunidade Guarani encontra os meios necessários para sua sobrevivência. É a conjugação dos vários espaços que se entrecruzam: o espaço da mata preservada onde praticam a caça ritual; espaço da coleta de ervas medicinais e material para confeccionar artesanatos e construir suas casas; é o local onde praticam a agricultura; é também um espaço sociopolítico, onde constroem suas casas de moradias, a casa cerimonial/*Opy*, o pátio das festas, das reuniões e do lazer (Brighenti, 2005, p. 42).

Os *tekoa* Guarani Mbya podem ser formados,

a partir de uma família extensa desde que tenha uma chefia espiritual e política própria. O seu contingente populacional varia, de um modo geral, de 20 a 300 pessoas, compondo unidades familiares integradas pelas chefias espiritual e política que podem coincidir. A organização espacial interna das aldeias é determinada pelas relações de afinidade e consanguinidade (Ladeira, 2000, p.15).

Aspectos integradores dos Mbya são a reciprocidade e o *teko porã* (bem viver) que estão intrinsecamente vinculados à mobilidade, ao *gwatá porã*. Kerexu Yxapyry assim explica o bem viver na acepção Mbya:

O bem viver é quando a gente está em plenitude com todos os seres, tem abundância de vida, seja na alimentação, no ar, na água, seja na mata. Por igual. Cada um tem seu espaço, seu alimento, acesso a paz, sem ter medo um do outro, nesse universo. Pra nós o *teko porã*, o bem viver, é esse sentimento, essa sensibilidade que a gente traz, que nós trazemos dentro do nosso modo de vida, estarmos sentindo bem onde estamos; que outros seres estejam se sentindo bem onde quer que eles estejam. Cada um com sua diferença. [...] (CISA, 2021).

Existe uma conexão sagrada entre o povo Guarani e as plantas, os animais, as pedras, a água, a floresta, que poderíamos chamar de “bens comuns”. Trata-se de um outro modo de viver e de outra episteme.

Estudos mostram que o povo Mbya (des)envolveu um sistema agrícola notável, há mais de 2.000 anos, o qual persiste até os dias atuais no grande território Guarani. Como anotado por Darella (2004, p. 96):



o sistema agrícola guarani leva em conta a temporalidade (calendário anual e lunar, atividades cotidianas), a tradicionalidade (transmissão do conhecimento, “divisão do trabalho”, rituais, preservação e conservação das sementes e da biodiversidade, economia de reciprocidade, organização social) e a territorialidade (movimento, locais de ocupação e sua organização espacial, qualidade do solo e possibilidade de pousio, visitas e intercâmbio de sementes).

O sistema agrícola Mbya Guarani está vinculado ao mundo espiritual e isso se evidencia na prática. Há um elo entre a humanidade e a divindade. A roça, e não apenas, fornece o alimento para o corpo, mas também para o espírito. Os alimentos “verdadeiros”, originais, englobam todas as criações divinas existentes deixadas aos Guarani como o atributo *ete*.

Os alimentos têm origem vegetal e animal. Entre os primeiros, destacam-se: o milho (*avaxi ete*), o feijão (*kumandâ*), a mandioca (*mandi'o*), a abóbora (*andañ*), a melancia (*xanjau*), a batata-doce (*jety*) e o amendoim (*manduvi*). Entre os segundos, o tatu (*kuruxã'í*), o porco-do-mato (*koxi*), os peixes (*pirá*), a queixada (*ta'y tetú*), a anta (*mboreú*) e alguns pássaros (*gúyra'í*).

O sistema alimentar Mbya Guarani é pautado pelas sementes verdadeiras/originárias, deixadas pelas divindades, que mostraram como e quando plantar, colher, preparar. Esses alimentos são fundamentais para o corpo e para o espírito e estão imbricados – sobretudo aqueles de base vegetal – na construção do corpo Mbya feminino e masculino, considerando todas as fases da vida, desde o nascimento à velhice. O milho verdadeiro - *avaxi* – é fundamental para a nominação das crianças. A dieta Mbya é formada por alimentos da roça (*avaxi*, feijão, melancia, melão, amendoim, abóbora), da mata/capoeira/quintal (caça, coleta) e das águas (peixe). Muitos desses alimentos atualmente são escassos, haja vista a dificuldade de plantar, as poucas áreas de mata, o assoreamento dos rios, a ausência de sementes. Em

contrapartida, os alimentos industrializados estão mais ao alcance e chamam atenção dos olhos e do paladar. Contudo, os saberes e sabores acerca dos alimentos verdadeiros – *tembi’u ete* – ainda povoam a memória das/os Mbya.

As atividades que compõem o sistema agrícola são regidas pelas regras, rituais e cerimônias que estão intimamente relacionados ao plantio do milho autêntico: *avaxi ete*. Grande parte da vida ritual dos Mbya está relacionada com o início do período propício para o plantio (agosto e setembro) e o tempo de colheita do milho (janeiro e fevereiro). Os batismos (*nhemongaraí*) – das sementes, das “primícias da roça”, das crianças – são regidos pelo calendário agrícola. Para compreender o sistema agrícola Mbya, mister conhecer dois tempos, que equivalem a duas estações: o *Ara Pyau* (tempo novo) e o *Ara Yma* (tempo antigo), aos quais correspondem, respectivamente, o calor (verão) e o frio (inverno). A importância da agricultura vai além dos aspectos quantitativo e qualitativo, podendo oscilar ao longo dos anos por diferentes razões. As mais mencionadas têm sido a mudança climática e ausência de sementes. A produção de alimentos com base no plantio das sementes “verdadeiras” implica reciprocidade, intercâmbios de sementes, saberes, rituais.

Esses são alguns destaques de um capítulo extenso sobre o que aprendi nas visitas aos *tekoa* de São Paulo, de Santa Catarina e de Misiones. São o suficiente para mostrar a distância abissal entre a cosmovisão Mbya Guarani e o discurso produzido pelos Estados Nacionais e pelas organizações internacionais.

A Relação dos Estados Nacionais do Brasil e da Argentina com os Povos Indígenas/Originários

As relações dos Estados brasileiro e argentino com os povos originários, entre eles o Mbya Guarani, são marcadas por conflitos relacionados ao não reconhecimento identitário e à apropriação de territórios ancestrais em favor de interesses privados, operando sob um sistema monocultural eurocêntrico, patriarcal e machista. A pesquisa de campo, além de apontar a demanda do povo Mbya Guarani por autonomia, o que inclui todos os aspectos de sua vida, identificou as mulheres como as sujeitas mais impactadas pela violência estrutural do capitalismo e como as protagonistas na luta pelos territórios ancestrais como condição de sobrevivência.

Em termos de SAN, os dois países apresentam políticas semelhantes, embora a participação indígena na formulação e execução dessas políticas seja mais limitada na Argentina.

As políticas públicas voltadas aos povos indígenas no Brasil, iniciadas nos anos 2000, buscavam implementar a intersetorialidade, participação e controle social, de forma incipiente e homogênea, sem considerar especificidades culturais. Embora o Brasil tenha saído do Mapa da Fome da FAO em 2014, a fome afetava muitas comunidades indígenas⁵. Diagnósticos realizados na década de 1990 apontaram quatro fatores para a insegurança alimentar indígena: i) extensão limitada dos territórios garantidos pelo Estado; ii) qualidade ambiental precária nesses territórios; iii) invasões dos territórios por não-indígenas; iv) políticas de desenvolvimento regional de impacto negativo para os modos de vida indígenas. Os diagnósticos serviram de base

⁵ O Brasil voltou ao Mapa da Fome durante o governo Bolsonaro, mas em 2023 conseguiu tirar mais de 13 milhões de pessoas dessa condição (<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/03/12/estudo-afirma-que-13-milhoes-de-brasileiros-deixaram-de-passar-fome-em-2023.ghtml>). No entanto, alguns povos e comunidades indígenas nunca deixaram de enfrentar a insegurança alimentar.

para ações e programas, a partir de 2003, envolvendo Ministérios do Meio Ambiente, Desenvolvimento Social, Educação, a então Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), entre outros órgãos.

A institucionalização da SAN indígena teve avanços nas 1ª e 2ª Conferências Nacionais de Saúde Indígena e na criação do SISVAN indígena em 2006. Entre 2008 e 2009, o I Inquérito Nacional Nutricional e de Saúde dos Povos Indígenas revelou disparidades nutricionais e de saúde entre populações indígenas e não-indígenas. Em 2010 os resultados do Inquérito foram apresentados e debatidos em Plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que aprovou a Exposição de Motivos n. 8/2010, com recomendações para o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional dos povos indígenas. Nesse sentido, duas ações foram importantes: o Programa Conjunto “Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil” e o 1º Seminário Nacional de Mulheres Indígenas.

Com a institucionalização da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), em 2010, são elaborados os Planos de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan) que incluem povos indígenas em suas diretrizes. Entretanto, essas políticas não promovem plenamente a soberania alimentar e se limitam às terras indígenas demarcadas.

Na Argentina, o reconhecimento dos povos indígenas é recente e limitado. Políticas públicas para os Mbya Guarani evoluíram de censos populacionais até programas universalistas, mas ainda carecem de incorporação plena na Constituição Provincial. A atuação de ONGs tem sido crucial na implementação de projetos produtivos e de capacitação. Assim, as



cátedras de soberania alimentar promovem debates sobre o tema e o Estado utiliza o conceito no contexto das políticas públicas. Entretanto, a SobA exige um diálogo que integre saberes ancestrais e articulações contra-hegemônicas e os povos originários têm sido excluídos do debate. Para a Mapuche Moira Millán (2021), o termo mais apropriado para tratar o tema da alimentação é autonomia alimentar:

A mí no me gusta la palabra soberanía, porque viene inmerso de los soberanos. La autonomía alimentaria de los pueblos, la identidad gastronómica y el reconocimiento de lo que está nos alimentando no solamente nuestros cuerpos, pero también nuestro espíritu. E esa es la pelea que tenemos que darle a ese sistema a esa matriz civilizatoria, completamente antropocéntrica, individualista, materialista, que no reconoce el ecosistema espiritual.

Os modos de viver, ser, fazer e saber dos povos indígenas/originários são singulares. A implementação de políticas públicas deve considerar suas concepções próprias, que apresentam aspectos simbólicos e representacionais diversos. É importante destacar que, em sua maioria, as políticas públicas destinadas a eles, no Brasil, alcançam apenas terras demarcadas. No entanto, a Constituição Federal de 1988 não faz essa distinção.

A pesquisa desvelou que a autonomia funciona como categoria nativa para as mulheres indígenas acerca da SAN, concebida em instrumentos normativos internacionais e nacionais. Apesar de bem-intencionados DHANA e SAN são conceitos eurocentrados e coloniais. As políticas públicas de segurança alimentar, voltadas a garantir o direito à alimentação e à sustentabilidade da produção de alimentos para as futuras gerações na América Latina, só serão eficazes se os povos que, durante séculos,



domesticaram plantas e acumularam vastos conhecimentos sobre elas forem ouvidos e tiveram seus saberes devidamente valorizados.

Vale lembrar que a autonomia decorre do direito à livre determinação, reconhecido pela Declaração Americana sobre Povos Indígenas, segundo o qual eles têm o direito de autodeterminar seus próprios modelos de desenvolvimento ou concepções de bem-estar, podendo decidir sem imposições às atividades econômicas às quais querem se dedicar (OEA, 2016).

Mulheres Mbya Guarani: suas narrativas e demandas, as sementes e o corpo-território

Este capítulo buscou mostrar o papel das mulheres Mbya Guarani em sua cultura e tradição, destacando como elas são fundamentais na construção do universo, na produção de alimentos, na proteção de sementes e na cosmogonia do povo. A simbologia da cestaria (*ajaka*) é usada para ilustrar a complementaridade entre os papéis femininos e masculinos, em que as mulheres "tecem" o universo com criatividade, enquanto os homens fornecem a base estrutural. Relatos mitológicos reforçam a conexão feminina com fertilidade e criação, mas também revelam narrativas de controle e ambivalência sobre o papel da mulher na cultura Guarani. A partir de falas de mulheres Mbya Guarani enfatizo como o feminino é essencial para a existência e equilíbrio, refletindo uma visão de mundo baseada em cuidado, ancestralidade e ciclos naturais. Algumas das narrativas resgatam perspectivas muitas vezes ignoradas por relatos antropológicos tradicionais, propondo uma visão integrada e interseccional dos direitos e da existência Mbya Guarani.



A construção do corpo e da pessoa Mbya Guarani é um processo contínuo, que começa na gestação e se estende ao longo da vida, envolvendo dimensões físicas, espirituais e sociais. O corpo é concebido como uma matriz simbólica e objeto de pensamento, articulando significados sociais e cosmológicos. A formação da pessoa envolve rituais, alimentação, práticas de higiene e trabalho, moldados por valores culturais e espirituais.

Para as/os Mbya Guarani, o corpo é transformado com o objetivo de alcançar perfeição corporal e espiritual em um mundo imperfeito. Mulheres e homens desempenham papéis complementares, e as mulheres, especialmente, têm uma posição central como detentoras de saberes, articuladoras políticas e guardiãs da cultura. A construção da corporalidade Mbya não é estática, mas processual e cumulativa, sendo profundamente enraizada na relação com o cosmos, a memória ancestral e a reciprocidade social.

Trago relatos de mulheres Mbya que refletem o protagonismo, os desafios e as conquistas das mulheres Mbya Guarani, especialmente na luta por seus direitos territoriais, fortalecimento cultural e autonomia comunitária. As histórias de Jerá Poty Mirĩ, Kerexu Yxapyry, Ara'í, Andreia Moreira (Brasil) e Juanita Gonzalez (Argentina) destacam suas resistências cotidianas, equilibrando o conhecimento indígena e os saberes do mundo dos *juruá* (não indígenas).

São narrativas sobre o ser mulher Mbya Guarani e sua importância no seio da cultura, tantas vezes esquecido, inclusive dos “mitos”, onde o masculino é presença constante; a produção do corpo feminino em suas distintas fases – desde o nascimento, passando pela menarca e a gravidez até o tornar-se anciã (*xidjary*). Diálogos primorosos foram construídos com mulheres das diferentes

aldeias, todas elas lideranças para dentro e fora de seus *tekoa*. Elas narram suas histórias de vida e mobilidade pelo mundo juruá, seus desafios diante dos impactos causados pelos alimentos processados e ultraprocessados, diante da apropriação indevida de seus conhecimentos tradicionais sobre as sementes originárias, bem como para manter uma alimentação mais saudável e próxima da cultura, mesmo conscientes de que a alimentação vinda de fora não deixará de existir.

As Mbya falam que os alimentos da sua cultura são essenciais na construção/formação do corpo feminino em suas múltiplas fases. A propósito, comentou uma das mulheres:

[...] antigamente era tudo orgânico, tudo natural, tudo da terra de onde a gente tirava e hoje, por não ser mais assim, por essa necessidade, também, que a gente tem da alimentação, a gente tem comido muito a alimentação que não é nossa, alimentação industrializada. E onde vem afetando muito na questão da nossa saúde, principalmente a saúde da mulher, né. Que antigamente a gente comia tudo saudável. A menina, ela demorava mais pra ter a primeira menstruação, porque era tudo saudável. Hoje, a gente temos meninas, menstruando com 10/11 anos. Antigamente, a idade era os 13 até os 15 anos. E aí onde a gente começa a perceber que a gente começa a ter *tempo de validade*.

É notório nos *tekoa* visitados que os alimentos tradicionais se tornaram menos disponíveis, em contraste com os alimentos processados e embalados, contribuindo para a precarização da saúde e para corpos pesados e obesos. São frequentes os casos de diabetes, pressão alta e câncer.

Para os anciãos e anciãs Mbya, é importante seguir a dieta tradicional, pois evita a doença. Alimentos culturalmente apropriados fornecem mais do que nutrientes para o corpo físico: eles fortalecem o espírito. As mulheres estão buscando a mudança, que não se opera em curto prazo. Pelo contrário, é gradual, e sob risco de retrocesso.

Por isso, as sementes verdadeiras precisam ser protegidas, guardadas, trocadas (estar em movimento) e plantadas a cada ano, desafiando as circunstâncias climáticas e as reduzidas áreas Mbya. As mulheres são as guardiãs, as responsáveis por ajudar a caminhada das sementes, a levar as sementes no interior da *opy* (casa de reza), para que possam ser consagradas pelo pajé, para plantio, colheita e preparação dos alimentos.

Além de discorrer sobre as sementes, as Mbya revelam compreensões sobre os termos DHANA, SAN e SobA. São palavras que estão fora do vocabulário das Mbya Guarani com as quais me “acuerpei”. São palavras estranhas, trazidas de fora, impostas, que requerem uma confirmação indígena. Nunca ouviram falar sobre essas categorias conceituais e têm dificuldade de expressar qualquer menção aos termos, especialmente aqueles que envolvem nutrição.

O território e as sementes são elementos chaves para pensar a autonomia alimentar, palavra que povoa as mentes e os corações Mbya. O termo segurança alimentar é algo totalmente diferente daquilo que agentes estatais e de agências multilaterais, experts em alimentação e nutrição gastaram anos discutindo em Cúpulas de Alimentação. Está associado à semente que foi permutada, cuidada, plantada e ao fruto que foi colhido, que será ingerido com segurança e que alimentará o corpo físico e o espiritual. A segurança alimentar envolve não apenas a saúde, mas os conhecimentos repassados por gerações. Está intrinsecamente relacionada à soberania alimentar. Uma não existe sem a outra e ambas se vinculam à mobilidade das sementes “verdadeiras”, à produção de alimentos da cultura, ao alimentar do

corpo físico e espiritual, que depende de um território com bosque para coletar e caçar, água para beber, irrigar e pescar, solos apropriados para plantar.

As mulheres são responsáveis por cuidar, consagrar e transmitir as sementes entre gerações, conectando-as à saúde física e espiritual da comunidade. O milho (*avaxi ete*) é central para a segurança e soberania alimentar dos Mbya Guarani, considerado sagrado e "mestre das sementes". Os rituais espirituais associados ao plantio e colheita, refletem uma profunda conexão com a terra e a ancestralidade.

As sementes de modo geral são tratadas como seres vivos, portadoras de alma, e seu cuidado é fundamental para garantir a soberania alimentar e a manutenção da cultura Guarani. A troca de sementes entre aldeias e territórios é vista como um processo sagrado e vital para as mulheres, que têm o papel de cuidar, proteger e movimentar as sementes. As mudanças climáticas têm trazido desafios, como a perda de sementes e o desequilíbrio no ciclo de cultivo. A valorização das sementes "verdadeiras" e o fortalecimento dos sistemas agrícolas tradicionais são vistos como formas de resistência às ameaças trazidas pelo aquecimento global.

A mobilidade das sementes também é entendida como um mecanismo de "cura", pois ao serem transferidas para solos diferentes, podem se fortalecer. A pandemia afetou esse processo, dificultando as trocas e o plantio, mas ainda assim as sementes continuam a ser um elemento de sociabilidade e preservação cultural. As trocas também ocorrem em feiras e encontros, incluindo parcerias com agricultoras/es agroecológicos e orgânicos não indígenas. A memória das sementes, como no caso das que foram trazidas por um ancestral, também está profundamente conectada à história e identidade das comunidades. Desse



modo, para elas, soberania e segurança alimentar estão imbricadas em elementos culturais e sociais, com saberes e fazeres partilhados por sucessivas gerações.

Sobre agroecologia, as Mbya Guarani com as quais conversei aceitam-na como uma ferramenta para solucionar a degradação do solo, por exemplo. Elas não usam o termo produção agroecológica, embora concordem que os alimentos produzidos dessa forma são melhores para a saúde. Nas TI Morro dos Cavalos e Tenondé Porã, há parcerias com agricultores familiares que produzem agroecologicamente e, aos poucos, estão conseguindo construir uma autonomia alimentar que, aparentemente é o ponto central: alimentar-se daquilo que foi produzido coletivamente, dos benefícios proporcionados pelo uso das sementes originárias, numa luta árdua e contínua.

As Mbya acalentam o sonho de projetos que contribuam não apenas para recuperar sementes originárias ou nativas da Mata Atlântica, mas que proporcionem autodeterminação no interior de seus próprios territórios. Esses projetos podem ou não contar com parcerias do Estado, da academia e da sociedade civil.

A observação de campo sobre as mulheres Mbya me fez entender a crítica de **Flávio Valente** (2002) em relação às políticas de segurança alimentar, que enfatizam a responsabilidade das mulheres na alimentação, sem reconhecimento do papel a ser compartilhado com outros membros da comunidade, a família e o Estado, pois resultam em sobrecarga e falta de autonomia para as mulheres. Ele propõe uma abordagem mais inclusiva que considere as interseccionalidades de gênero, classe e raça, fundamental para a construção de políticas públicas mais justas. Valente (2002) aponta a



desconexão estrutural entre os direitos das mulheres e o DHA, destacando a marginalização das mulheres, especialmente as indígenas, em tratados internacionais e em políticas públicas.

A Conferência de Beijing e a Declaração das Mulheres Indígenas em 1995 revelam as lutas e os desafios das mulheres indígenas, incluindo o reconhecimento de sua identidade, o direito ao território e à cultura, e a luta contra a discriminação e exploração. A crítica à **Plataforma de Ação de Pequim**, expressada pelas mulheres indígenas, salienta a falta de questionamento sobre o sistema econômico global e os impactos da globalização, que continua a marginalizar e explorar os povos indígenas, especialmente as mulheres. Elas não apenas enfrentam discriminação pelo gênero, mas também pela sua origem étnica, o que exige políticas públicas com uma abordagem mais eficaz e sensível às suas realidades específicas.

Silvia Federici (2020), ao analisar a exploração capitalista das mulheres e sua conexão com a destruição das comunidades indígenas, reforça a ideia de que a luta das mulheres é também uma luta por um sistema mais justo e sustentável, onde elas possam ter um papel ativo e decisivo nas suas comunidades e na gestão dos seus territórios. O movimento das mulheres que lutam pelo direito à terra e à soberania alimentar se intensifica globalmente. Embora, como aponta Federici (2020), a luta por terra também possa ser instrumentalizada para fins privatizantes, as mulheres vêm ocupando um papel crucial na defesa dos bens comuns naturais, como as sementes e a água, e no combate à destruição ambiental.

Esse movimento, que também foi refletido nas Assembleias das Mulheres, durante o Fórum Nyéléni, reafirma a busca por um modelo de soberania



alimentar que resgate e valorize os conhecimentos tradicionais das mulheres, com destaque para a agroecologia com perspectiva de gênero. Essa abordagem transformadora propõe um olhar sobre a produção de alimentos que vai além da lógica capitalista e patriarcal, e envolve a participação ativa das mulheres na tomada de decisões sobre suas vidas, territórios e a alimentação.

Em última instância, o papel das mulheres indígenas, como "tecelãs da memória", vai além da produção e conservação de alimentos; elas são as responsáveis por transmitir saberes ancestrais que moldam a identidade coletiva e a coesão social de suas comunidades. A relação dessas mulheres com a natureza, como afirmado por Kerexu Yxapyry, não é de dominação, mas de parceria, baseada no cuidado, respeito e harmonia com o ecossistema. Portanto, é fundamental que as mulheres sejam reconhecidas como sujeitas de direitos, com pleno acesso à terra, aos recursos naturais e a uma soberania alimentar que leve em conta a integralidade do cuidado e da espiritualidade em suas práticas.

O direito à alimentação está intimamente ligado ao acesso à terra, com respaldo em normas internacionais que reconhecem seus direitos coletivos. A Declaração de Atitlán destaca que o direito à alimentação dos povos indígenas é coletivo e essencial para a preservação de suas culturas, identidades e modos de vida.

As mulheres Guarani têm ganhado protagonismo nas discussões sobre alimentação, apontando as consequências da alimentação inadequada, como doenças e mudanças corporais. Contudo, as políticas públicas não levam em conta as especificidades culturais, nem a participação ativa das mulheres



indígenas para garantir a preservação das tradições alimentares e o fortalecimento da saúde comunitária.

O sistema alimentar Mbya Guarani está sendo, por um lado, impactado por mudanças externas, como a introdução de alimentos processados e ultraprocessados nas comunidades, a falta de regularização territorial e o acesso limitado às sementes. Por outro lado, as narrativas das comunidades Mbya Guarani destacam a importância da autonomia na escolha dos alimentos e como elas estão se esforçando para revitalizar e preservar suas práticas alimentares tradicionais, que envolvem aspectos culturais, espirituais e ecológicos. A SobA, embora não mencionada explicitamente, está presente nas práticas e no desejo das comunidades de recuperar o controle sobre suas terras, a fertilidade dos solos, as práticas agrícolas e sementes tradicionais. A proposta de autonomia alimentar é vista como um caminho para restaurar a saúde física e espiritual, ressaltando a importância do resgate dos saberes ancestrais e da educação, especialmente nas escolas indígenas. Nesse contexto, o papel da escola é essencial para preservar e transmitir os conhecimentos sobre as plantas, sementes e alimentos tradicionais, garantindo que as futuras gerações se tornem guardiãs desses saberes.

As sementes, como “parentes vivos”, e o ato de cultivar alimentos não só para consumo, fortalecem a identidade cultural e a conexão com a terra. As mulheres desempenham um papel crucial nesse processo, desenvolvendo projetos que buscam a autonomia e a sustentabilidade das comunidades, além de preservar práticas agrícolas alternativas que respeitem o ambiente e as necessidades culturais do povo Mbya. Desse modo, a soberania dos povos indígenas deve ser entendida de maneira dinâmica, como um processo contínuo

e adaptável às necessidades culturais, sociais e ambientais de cada comunidade (Mihesuah et al, 2019).

O corpo-território é abordado a partir de experiências e narrativas de mulheres indígenas e não indígenas, especialmente da América Latina. O corpo-território não se refere apenas aos corpos individuais, mas a corpos coletivos interconectados com o ambiente e a comunidade, onde as mulheres desempenham um papel fundamental na defesa e na recuperação desses territórios.

A destruição da natureza e a exploração dos corpos das mulheres estão ligadas à lógica capitalista, que coisifica e subordina. No entanto, as mulheres, especialmente as indígenas, têm práticas de resistência que envolvem o cuidado e a cura do território e da terra.

O cotidiano das mulheres Mbya Guarani revela que elas desempenham um papel fundamental no cuidado com a natureza e com os alimentos que sustentam sua cultura, como o milho e a mandioca. Esse cuidado é visto como uma relação de reciprocidade entre os humanos e os seres da natureza, onde a interdependência é essencial. O cuidado está relacionado com a luta pela sobrevivência de todos os seres, não sendo uma prática inocente, mas como algo que envolve obrigações multilaterais e não-simétricas, afetando diversos seres e existências.

Re-existência

O último capítulo apresenta as práticas de re-existência alimentar Mbya Guarani frente às violências epistêmicas sobre os alimentos, as formas de



cultivo, as preparações, o modo de cozinhar, as formas de consumir, os sabores, e os aromas de Abya Ayala.

Como resistir para poder continuar existindo? Os povos indígenas, e particularmente as/os Mbya, estão re-existindo através de seus saberes; da troca e do resguardo das sementes verdadeiras e originárias, das práticas e conservação da biodiversidade, das práticas culturais alimentares presentes na memória, das relações sociais no trato dos alimentos, numa perspectiva da complementaridade que ainda não conseguiu ser afastada.

A palavra re-existir, que tem sido soprada pelas vozes femininas em suas mobilizações como resistir para existir, não significa apenas a resistência ao que é imposto, que ameaça e tenta destruir. Também se conjuga ao saber existir, ao fazer de um povo para que continue a existir dentro de suas premissas culturais.

As mulheres têm tido protagonismo e participação central no processo de re-existência. No Brasil, elas estão mobilizadas em trabalhos coletivos, que envolvem a autonomia alimentar, a promoção à saúde, a educação escolar específica e bilíngue, a sustentabilidade ambiental, a defesa do território, a rejeição à violência contra a mulher, com a ajuda pontual de parceiros institucionais. A relação com as/os parceiras/os é dialógica e busca a horizontalidade.

O conceito de re-existência é central para entender como as comunidades indígenas mantêm suas práticas culturais e alimentares em face de sistemas coloniais, capitalistas e neoliberais que buscam deslegitimar suas formas de vida e saberes. A re-existência não é apenas resistência, mas uma forma criativa de continuidade e adaptação das culturas e identidades indígenas.



Conforme discutido por autores como Achinte (2010, 2013 e 2020), Mignolo (2003 e 2019) e Segato (apud Barbosa, 2020), a re-existência implica não apenas resistir à opressão e à marginalização, mas recriar formas de existência baseadas em saberes e práticas ancestrais, como a alimentação. Isso inclui uma relação íntima com a terra, com os alimentos e com os ciclos naturais que definem a cultura e a espiritualidade indígena.

O ato de comer é retratado como um ato profundamente político, imbuído de significados culturais, espirituais e sociais. Para os povos indígenas, a alimentação não é apenas uma questão de subsistência, mas uma forma de manter sua identidade, cultura e memória vivas. A ideia de que a comida vai além do nutricional, incluindo um aspecto simbólico e pedagógico, é uma crítica ao sistema alimentar imposto pela modernidade e ao padrão colonial de poder. A alimentação no contexto indígena, é vinculada aos saberes ancestrais, à relação com a terra e à memória cultural. A resistência à colonialidade alimentar está expressa na preservação de sementes originárias e na manutenção das práticas alimentares tradicionais, mesmo diante da presença de alimentos industrializados.

A crítica à economia global, centrada em práticas como a monocultura e a produção de alimentos industrializados, ocorre em detrimento de uma diversidade alimentar saudável e sustentável. A ênfase recai sobre o resgate dos saberes pluriversos e a reconexão com a terra, os ciclos naturais e os seres vivos, em um movimento de decolonização do ato de alimentar-se. As práticas alimentares podem se constituir em um espaço de resistência e transformação social, cultural e política, ao resgatar o vínculo ancestral com a terra e os ciclos da vida.



Em contraposição à "colonialidade do sabor" com a imposição de padrões alimentares europeus e ocidentais ao longo da história que marginalizaram saberes e sabores indígenas, a SobA é vista como um meio de resistência às lógicas do capitalismo e da globalização, e de valorização dos saberes tradicionais sobre a alimentação.

O sistema alimentar capitalista promove a industrialização e a homogeneização da alimentação, fomentando a dependência de corporações transnacionais, produtos ultraprocessados e desrespeitando os saberes alimentares locais e tradicionais. Esse modelo também está associado a práticas ambientais destrutivas e à exclusão social de populações vulneráveis, especialmente as mulheres, que frequentemente são invisibilizadas nos processos decisórios sobre alimentação e território.

As Terras Indígenas Guarani enfrentam desafios significativos, como a especulação imobiliária, a agricultura industrializada e a perda de territórios para o plantio de culturas exóticas. Esses fatores impactam diretamente a capacidade de produzir alimentos tradicionais, aumentando a dependência de produtos industrializados e ameaçando a autonomia alimentar das comunidades. A abordagem decolonial sobre a alimentação busca reverter o processo de destruição das culturas alimentares indígenas e promover alternativas que respeitem e valorizem os saberes ancestrais, promovendo uma forma de vida mais justa e equilibrada com a natureza. A re-existência alimentar, então, é uma ferramenta de resistência e reinvenção, uma prática vital para a preservação da identidade e autonomia dos povos indígenas.

Iniciativas autônomas nas Terras Indígenas Morro dos Cavalos e Tenondé Porã destacam o papel das mulheres na recuperação ambiental e no



fortalecimento da comunidade. As mulheres não só desempenham papel fundamental na restauração de espécies nativas da Mata Atlântica, mas também são as responsáveis pelo cuidado com as sementes, mudas e remédios do mato, conhecimentos essenciais para garantir o sucesso da recuperação da terra. O processo de reflorestamento do território, que inclui o plantio de frutas e espécies nativas, é resultado do trabalho coletivo e das decisões que envolvem toda a comunidade na execução das ações. Não é apenas sobre a recuperação da terra, mas também sobre o fortalecimento do modo de vida guarani, a manutenção das tradições culturais e a resistência contra as ameaças externas, como a expansão do monocultivo de pinus, que impacta negativamente o ambiente. As/os Mbya estão recuperando variedades de alimentos tradicionais, como batata-doce e *avaxí ete*, além de fomentar práticas agroecológicas.

A província argentina de Misiones está marcada por contradições em seu desenvolvimento social, econômico e ambiental, especialmente no que diz respeito à agricultura familiar e à presença de monocultivos. As comunidades Mbya Guarani, continuam a lutar por seus territórios ancestrais e por um modelo de desenvolvimento que respeite suas culturas e conhecimentos, uma vez que as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e agroecologia não contemplam suas necessidades e formas de uso do território.

As “*Ferías de Semillas*” que acontecem em Misiones constituem um espaço de intercâmbio, reciprocidade e solidariedade, em contraposição ao modelo capitalista de produção. Promovem a valorização das sementes nativas e crioulas e fortalecem a agricultura familiar.



O protagonismo das indígenas mostra-se cada dia mais visível e fundamental na discussão de temas como denúncias de monocultivos de pinus em territórios tradicionais; cobrança ao Estado do levantamento territorial e da demarcação de terras indígenas, políticas públicas (saúde, educação em todos os níveis, segurança alimentar, saneamento básico), retomadas de antigas aldeias e ocupações do território ainda não demarcado, além das demandas comuns ao conjunto de todas as mulheres.

No Brasil, as Marchas Nacionais de Mulheres Indígenas, realizadas em 2019 e 2021, ampliaram a visibilidade das indígenas, destacando sua luta pela autonomia, reconhecimento de seus direitos e pela defesa do território. Os encontros e as assembleias das mulheres Guarani são espaços de fortalecimento, reflexão e ação sobre questões de violência, saúde, alimentação e resistência às pressões externas, reafirmando a importância do conhecimento ancestral e o papel das mulheres na preservação da cultura e do território.

Na Argentina, o *Movimento de Mujeres Indígenas por el Buen Vivir* também tem se destacado por sua luta pela autodeterminação dos povos indígenas e pela preservação de suas culturas e territórios. A crítica ao "terricídio" e a busca por um pacto de coabitação mais justo e harmonioso entre os povos indígenas e a natureza são questões centrais desse movimento, que busca fortalecer a identidade e a autonomia das mulheres indígenas.

As lutas de aqui e de allures evidenciam uma resistência que não se limita apenas à reivindicação de direitos, mas também à preservação das cosmovisões indígenas, à recuperação da memória e à valorização da relação espiritual e material com a terra. As Mbya Guarani estão construindo sistemas de re-existência, que vão além da resistência, mas também propõem alternativas para



a construção de uma sociedade justa e equilibrada com a natureza e os povos originários.

Uma Atualização Necessária

Dois anos depois de defendida a tese, não tenho muitas novidades sobre como estão as comunidades por onde andei. Gostaria de ter retornado aos territórios, mas as atividades profissionais me levaram a outros caminhos. Atualmente trabalho na Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), mas ainda não tive oportunidade de atuar na pauta das mulheres ou da segurança alimentar.

A demarcação da Terra Indígena Morro dos Cavalos, depois de mais de dez anos de espera, foi homologada. A alegria de minhas interlocutoras e de seus parceiros é grande, com previsão de festa em janeiro de 2025. Mas também há apreensão com possíveis estratégias da bancada ruralista em Santa Catarina para reverter a homologação.

Na Argentina, infelizmente, os retrocessos são grandes.

Em novembro de 2024, a Argentina foi o único país a votar contra uma resolução sobre os direitos dos povos indígenas na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Este documento trata da proteção dos direitos das comunidades indígenas em questões como justiça, meio ambiente e a preservação das crenças espirituais, dos conhecimentos ancestrais e das línguas. Ainda em novembro, a Argentina foi novamente o único país a votar contra uma resolução da ONU, que busca intensificar os esforços para combater a violência contra mulheres e meninas.

No Dia Internacional dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro de 2024, o presidente Javier Milei, desferiu um duro golpe contra os direitos das



comunidades indígenas do país. Por meio do Decreto nº 1.083/2024, Milei revogou a Lei nº 26.160 de Emergência Territorial Indígena, que estabelecia a suspensão da execução de sentenças, atos processuais ou administrativos que tivessem como objetivo o despejo de comunidades indígenas das terras que ocupavam. Além disso, a lei determinava a realização de um levantamento das comunidades indígenas no país e de seus territórios por meio do Programa Nacional de Levantamento Territorial das Comunidades Indígenas (Re.Te.C.I.), com a participação de representantes do Conselho de Participação Indígena, composto por dois representantes de cada povo indígena de cada província.

O decreto confronta diretamente o inciso 17 do artigo 75 da Constituição Nacional, que reconhece “a preexistência étnica” dos povos originários na Argentina e garante “a posse e a propriedade comunitária das terras que tradicionalmente ocupam”. Esse ato permite que o Estado decida em favor de particulares (pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras) que possuem títulos de propriedade irregulares, emitidos posteriormente à propriedade ancestral.

Anteriormente, no mês de outubro, no contexto de cortes no financiamento estatal, o atual presidente do Instituto Nacional de Assuntos Indígenas (INAI) revogou, por meio da Resolução nº 53/2024, o Registro Nacional de Comunidades Indígenas (Re.Na.CI), instrumento criado em 1989 pela Lei nº 23.302, com o objetivo de manter uma lista atualizada das comunidades indígenas inscritas e não inscritas no país. As comunidades inscritas no registro adquiriram personalidade jurídica e, desde o ano 2000, estavam protegidas pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais. A revogação do Re.Na.CI



implicou a suspensão de todas as solicitações de registro em andamento e transferiu aos registros provinciais a responsabilidade de registrar as comunidades em suas respectivas jurisdições⁶.

Referências Bibliográficas

ACHINTE, Adolfo Álban. Comida y colonialidad: tensiones entre el proyecto hegemónico moderno y las memorias del paladar. *Calle14*, v. 4, n. 5, p. 10-23, jul./dez. 2010. Universidad Distrital Francisco José de Caldas, Bogotá, Colombia. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=279021514002>. Acesso em: 14 out. 2020.

ACHINTE, Adolfo Álban. Pedagogías de la re-existencia: artistas indígenas y afrocolombianos. In: WALSH, Catherine (org.). *Pedagogías decoloniales. prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Quito: Ediciones Abya Yala, 2013. p. 443-468.

ACHINTE, Adolfo Álban. Territorio y memoria: dos apuestas por la re-existencia. In: ANTUÑA, Jesús; GIORDANO, Verónica; MOLINARI, Eduardo (org.). *Comunidad, territorio, futuro: prácticas de investigación y activismo en la convergencia de arte y ciencias sociales*. [S.l.]: Teseo Press Design, 2020. p. 33-56. Disponível em: https://www.academia.edu/53262954/Antu%C3%B1a_Giordano_Molinari_comp_Comunidad_territorio_futuro_Pr%C3%A1cticas_de_investigaci%C3%B3n_y_activismo_en_la_convergencia_de_arte_y_ciencias_sociales. Acesso em: 8 dez. 2022.

ARGENTINA. *Constitución de la Nación Argentina*. Ley n. 24.430, Santa Fe, 22 ago. 1994. *Boletín Oficial*, 23 ago. 1994.

BARBOSA, Vera Lúcia Ermida. Dona Augusta: narrativas sobre a reexistência de uma mulher no espaço privado. *Anais Eletrônicos do XV Encontro Nacional de*

⁶ <https://www.culturalsurvival.org/es/news/milei-deroga-ley-de-emergencia-territorial-indigena-en-argentina>. Acesso em 28 dez 2024.

História Oral (Narrativas Oraís, Ética e Democracia), 2020. Disponível em: <https://www.encontro2020.historiaoral.org.br/arquivo/>. Acesso em: 2 abr. 2021.

BELLACASA, Maria Puig de. *Matters of Care: Speculative Ethics in More than Human Worlds*. Minesota Press. 2017.

BELLOWS, Anne C.; VALENTE, Flavio Luiz Schieck; LEMBKE, Stefanie (eds.). *Gender, nutrition and the human right to adequate food: towards an inclusive framework*. New York: Taylor & Francis/Routledge, [s.d.]. Disponível em: https://www.fian.org/fileadmin/media/publications_2015/2013_Gender_Nutrition_and_the_Human_Right_to_Adequate_Food_book_synopsis.pdf.

BENITES, Sandra. *Viver na língua Guarani Nhandewa (Mulher falando)*. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5614290. Acesso em: 8 nov. 2022.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRIGHENTI, Clovis Antônio. Necessidade de novos paradigmas ambientais: implicações e contribuição Guarani. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, v. 4, n. 7, p. 33-56, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2005.81790>. Acesso em: 26 set. 2020.

CASTILHO, Mariana Wiecko V. *Guardiãs das sementes: segurança e soberania alimentar na vida das Mbya Guarani no Brasil e na Argentina*. 2023. Tese (Doutorado em Estudos Comparados sobre as Américas) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA), Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

CASTILHO, Mariana Wiecko Volkmer de; CASTRO, José Gerley Díaz. *Do sertão à periferia: expropriação camponesa pela expansão da soja. O caso da Serra do Centro em Campos Lindos/TO*. Araguaína: FASE/CPT/APA-TO, 2006.

CISA. *Cultura Indígena na Sala de Aula. Sistema do Povo Guarani: a resistência do Nhandereko*. Kerexu Yxapyry. 11 maio 2021. Plataforma Zoom.

DARELLA, Maria Dorothea Post. “*Ore Rpipota Yvy Porã – nós queremos terra boa*”: territorialização Guarani no litoral de Santa Catarina – Brasil. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2015/08/tese-maria-dorothea-post-darella-2004.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2022.

FAO. *Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação*. Roma, 13–17 nov. 1996. Disponível em: <https://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm>. Acesso em: 8 jan. 2022.

FAO. *Diretrizes voluntárias em apoio à realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional*. Roma, 2015. Disponível em: <https://www.fao.org/3/y7937pt/Y7937PT.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

FEDERICI, Silvia. *Reencantar el mundo: el feminismo y la política de los comunes*. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7–41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 20 jan. 2022.

HOYOS, Claudia Janet Cataño; D'AGOSTINI, Adriana. Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências. *Revista Nera*, ano 20, n. 34, p. 174-198, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4855>. Acesso em: 1 jan. 2020.

LADEIRA, Maria Inês. *Comunidades Guaranis da Barragem e do Krukutu e a Linha de Transmissão de 750 kv Itaberá – Tijuco Preto III: relatório de interferências*. São Paulo, nov. 2000. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/comunidades-guarani-da-barragem-e-do-krukutu-e-linha-de-transmissao-de-750-kv>. Acesso em: 10 ago. 2020.

LEÃO, Marília. *O direito humano à alimentação adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: ABRANDH, 2013.

MIHESUAH, Devon A.; HOOVER, Elizabeth; LADUKE, Winona (org.). *Indigenous Food Sovereignty in the United States: restoring cultural knowledge, protecting environments, and regaining health*. Norman: University of Oklahoma Press, 2019.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade está longe de ter sido superada, logo, a decolonialidade deve prosseguir. *MASP Afterall*, 2019. Disponível em: <https://assets.masp.org.br/uploads/temp/temp-YC7DF1wWu9O9TNKezCD2.pdf>. Acesso em: 18 set. 2021.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MOVIMIENTO DE MUJERES INDÍGENAS POR EL BUEN VIVIR. *Diálogos entre cosmovisiones por el buen vivir*. Com Vandana Shiva e Moira Millán. [S.l.: s.n.], [202?]. Vídeo (YouTube). Disponível em: <https://youtu.be/fyroimdhNfo?list=LL>. Acesso em: 15 maio 2021.

ONU. *Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*. Adotado pela Resolução n. 2.200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 dez. 1966; ratificado pelo Brasil em 24 jan. 1992. ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR_Translation/por.pdf.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SHIVA, Vandana. *¿Quién alimenta realmente al mundo? El fracaso de la agricultura industrial y la promesa de la agroecología*. Madrid: Capitán Swing Libros, 2020.

SILVA, Tânia Elias Magno. Josué de Castro e os estudos sobre a fome no Brasil. *Revista Cronos*, Natal, v. 10, n. 1, p. 51-77, jan./jun. 2009. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/viewFile/1767/pdf_18. Acesso em: 1 jun. 2017.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. Segurança alimentar e nutricional: transformando natureza em gente. In: DIREITO humano à alimentação: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez, 2002. p. 103–136.



Guardiãs de Sementes: Segurança e Soberania Alimentar na vida das Mbya Guarani no Brasil e na Argentina

Resumo

O artigo apresenta de forma resumida a tese da autora intitulada “Guardiãs de Sementes: Segurança e Soberania Alimentar na vida das Mbya Guarani no Brasil e na Argentina”. Aborda o tema do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA) e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no paradigma da colonialidade do poder e do saber, bem como a tentativa de sua desconstrução mediante o conceito de Soberania Alimentar (SobA). O foco recai sobre as mulheres Mbya Guarani no Brasil e na Argentina, considerando sua visão de território (*yvyrupa*), aldeia (*tekoa*), sementes e alimentos. A metodologia utilizada é colaborativa e comparativa, no marco teórico feminista decolonial. A tese explora divergências entre as perspectivas indígenas e estatais, a cosmovisão Mbya, a relação com os Estados brasileiro e argentino, e o protagonismo das mulheres Mbya, nas iniciativas de resistência e autonomia. Essas mulheres, articulando parcerias, trocam sementes e saberes enquanto constroem novas formas de existir. Conclui que o direito coletivo a um território e à livre determinação no seu uso tem mais significado do que os conceitos de DHANA e SAN, pois garantem a reprodução física e cultural do povo Guarani conforme seu modo de ser, fazer e viver.

Palavras-chave: Mbya Guarani; direito humano à alimentação; políticas públicas; re-existência; protagonismo feminino

Guardians of Seeds: Food Security and Sovereignty in the lives of the Mbya Guarani in Brazil and Argentina

Abstract

The article provides a summary of the author's dissertation titled “Seed Guardians: Food Security and Sovereignty in the Lives of the Mbya Guarani in Brazil and Argentina.” It addresses the theme of the human right to adequate food and nutrition (DHANA) and food and nutritional security (SAN) within the paradigm of the coloniality of power and knowledge, as well as attempts to deconstruct it through the concept of food sovereignty (SobA). The focus is on Mbya Guarani women in Brazil and Argentina, considering their perspective on territory (*yvyrupa*), village (*tekoa*), seeds, and food. The methodology used is collaborative and comparative, grounded in a decolonial feminist theoretical framework. The dissertation explores divergences between indigenous and state perspectives, the Mbya worldview, their relationship with the Brazilian and Argentine states, and the leadership of Mbya women in resistance and autonomy initiatives. These women, by forging partnerships, exchange seeds and knowledge while building new ways of existing. It concludes that the collective right to a territory and free determination of its use holds greater significance than the concepts of DHANA and SAN, as it ensures the physical and cultural reproduction of the Guarani people in accordance with their way of being, doing, and living.

Key-words: Mbya Guarani; human right to food; public policies; re-existence; feminine protagonism.

Guardianes de las Semillas: Seguridad y Soberanía Alimentaria en la vida de los Mbya Guaraní en Brasil y Argentina

Resumen

El artículo presenta un resumen de la tesis de la autora titulada “Guardianas de Semillas: Seguridad y Soberanía Alimentaria en la vida de las Mbya Guarani en Brasil y Argentina.” Aborda el tema del derecho humano a la alimentación y la nutrición adecuadas (DHANA) y la seguridad alimentaria y nutricional (SAN) dentro del paradigma de la colonialidad del poder y del saber, así como los intentos de su desconstrucción mediante el concepto de soberanía alimentaria (SobA). El enfoque recae en las mujeres Mbya Guarani en Brasil y Argentina,

considerando su visión de territorio (yvyrupa), aldea (tekoa), semillas y alimentos. La metodología utilizada es colaborativa y comparativa, en el marco teórico feminista decolonial. La tesis explora las divergencias entre las perspectivas indígenas y estatales, la cosmovisión Mbya, la relación con los estados brasileño y argentino, y el protagonismo de las mujeres Mbya en las iniciativas de resistencia y autonomía. Estas mujeres, articulando alianzas, intercambian semillas y saberes mientras construyen nuevas formas de existencia. Concluye que el derecho colectivo a un territorio y a la libre determinación en su uso tiene más significado que los conceptos de DHANA y SAN, ya que garantiza la reproducción física y cultural del pueblo Guaraní según su forma de ser, hacer y vivir.

Palavras clave: Mbya Guaraní; derecho humano a la alimentación; políticas públicas; reexistencia; protagonismo femenino.

